

3

Fundamentação teórico-metodológica

3.1

Abordagem funcionalista

Como o objetivo deste trabalho é realizar um estudo sobre os variados usos dos pronomes demonstrativos em diferentes contextos, é preciso um aparato teórico que considere a língua em uso, os participantes, o propósito comunicativo e o conteúdo discursivo. Além disso, a análise de termos como "essazinha" e "issozinho" deve ser compatível com uma teoria que contemple o equilíbrio instável da língua. Tudo isso converge para a Gramática funcional do Discurso (doravante GFD), modelo proposto por Hengeveld (2004), que advém da Gramática Funcional desenvolvida por Dik (1989).

Sendo adotado o viés da GFD (Hengeveld, 2004), é preciso explicitar conceitos funcionalistas que norteiam a pesquisa, como o de *língua* e o de *função*. O conceito de *discurso*, tal como entendido pela GFD, será explicitado na seção (3.6) que trata especificamente da GFD.

Conforme encontramos em Castilho (2012: 66), o funcionalismo entende a língua como um fenômeno heterogêneo, como uma atividade social por meio da qual veiculamos as informações, externamos nossos sentimentos e agimos sobre o outro.

Concebida, portanto, como um instrumento de interação social, a análise linguística deve centrar-se na verificação de como os usuários da língua se comunicam eficientemente. Desse modo, a descrição das expressões linguísticas deve ser pautada no uso real da língua, pois é a intersubjetividade criada em cada situação de uso que determina os rumos do discurso, as escolhas linguísticas e os significados que deles emergem.

É uma concepção assim que nos permite admitir a possibilidade, para a qual os dados parecem apontar, como veremos adiante, de que, em cada uso, os pronomes demonstrativos podem adquirir significados que vão além de suas características dêiticas e anafóricas.

Para situar-se na visão da "língua como atividade social", o modelo funcionalista desenvolveu reflexões sobre as funções da linguagem. Antes, é

preciso ressaltar que o termo "função", na visão funcionalista, refere-se ao papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos, servindo aos mais variados propósitos (Halliday *apud* Neves, 1997: 8).

As diversas propostas de estabelecimento de funções linguísticas são sempre relacionadas com a formulação triádica do psicólogo e linguista alemão Karl Bühler (1879 - 1963). Segundo Bühler, três são as funções da linguagem como uma atividade social: (i) a representativa, em que predomina o assunto, a informação, a representação da realidade; (ii) a emotiva (ou expressiva), em que predomina o falante, o emissor, exteriorizando seu psiquismo; (iii) e a apelativa, que ressalta o ouvinte, o receptor, influenciando e atuando no seu comportamento.

Roman Jakobson, linguista russo, desdobra o modelo triádico de Bühler em seis, destacando os fatores "canal", "código" e "mensagem" no processo de interação social, tornando-o mais claro. Além das funções referencial, emotiva e conativa – que correspondem, respectivamente, às funções representativa, emotiva e apelativa estabelecidas por Bühler – Jakobson instituiu as funções: fática, que busca avaliar continuamente se o canal utilizado para a comunicação está sendo eficiente; metalinguística, que enfatiza o código, é a linguagem das definições e conceitos; e poética, que, valendo-se de recursos estilísticos e figuras de linguagem, põe a mensagem em relevo.

Para Halliday (1970, *apud* Neves, 1997: 12) o modelo de Bühler é psicolinguístico, usa a linguagem para investigar coisas que estão fora dela, não busca explicitar a natureza do sistema linguístico em termos funcionais. Halliday insiste em uma teoria não apenas extrínseca, mas também intrínseca, das funções da linguagem. Dessa forma, faz uma proposição de funções que aprofunda as relações entre o sistema linguístico e as necessidades da comunicação, apontando três macrofunções: a ideacional, a interpessoal e a textual.

Na função ideacional a linguagem serve de veículo para a transmissão de informações entre membros da sociedade, isto é, da experiência que o falante tem do mundo real, inclusive do mundo interior de sua própria consciência. Como o falante usa a linguagem como um recurso para interagir em um evento de fala, a linguagem desempenha, neste caso, a segunda função, que é pessoal e interacional ao mesmo tempo, podendo organizar e expressar tanto o mundo interno como o externo do indivíduo. A função interpessoal engloba tanto a função expressiva como a conativa de Bühler. A terceira função, a textual, trata da criação do texto.

Esta, por sua vez, é instrumental para as outras duas. Ela contextualiza as unidades linguísticas, fazendo-as operar no contexto e na situação.

Halliday entende que a multifuncionalidade da língua está refletida em seu sistema. Dessa forma as sentenças são organizadas simultaneamente como mensagem e como evento de interação. Essas três funções se combinam, então, estruturando o contexto conversacional, equilibrando o ato de fala em representação (ideacional), troca (interpessoal) e mensagem (textual). O discurso se torna possível porque o emissor pode produzir um texto, e o ouvinte ou leitor pode reconhecê-lo, levando em consideração a organização interna, seu significado como mensagem e o significado que emerge da relação com o contexto (Neves, 1997: 14).

Seguindo esta mesma linha, Simon Dik e seus seguidores lançam os fundamentos de uma Gramática Funcional que analisa a oração em 'camadas', permitindo que se examine o enunciado efetivo (no evento da fala) distinguindo a finalidade dos diferentes meios gramaticais (operadores) e meios lexicais (satélites) que interferem em cada uma das fases (Neves, 1997: 92 - 93).

Essa proposta de constituição do enunciado em camadas embasa-se no entendimento de que as expressões linguísticas assumem duas diferentes funções, a representacional, responsável pelo reconhecimento que o enunciatário faz da situação descrita, e a interpessoal, responsável pelo reconhecimento que o enunciatário faz da intenção comunicativa do enunciado. A estruturação do enunciado, na Gramática Funcional, contempla, então, dois níveis: o interpessoal (pragmático) e o representacional (semântico) (Dik, 1997a, 1997b).

3.1.1

A gramática funcional (GF)

A GF concentra sua atenção nos usos da língua, valorizando o emissor, o receptor e a variação linguística no quadro da reflexão gramatical. Conforme encontramos em Castilho (2012: 68):

A Gramática Funcional procura correlacionar as classes, as relações e as funções com as situações sociais concretas em que elas foram geradas. Para situar a língua em seu contexto social, ela ultrapassa o limite da sentença e avança na análise de textos extensos. Esse ramo de estudos "desencapsulou" a língua de seus rígidos limites estruturalistas e gerativistas, estabelecendo correlações entre os fatos

gramaticais e os dados da comunidade que os gerou. Pode-se dizer que a Gramática Funcional reage contra a "pasteurização" da língua sustentada pela atitude formalista, que postula a língua como uma atividade mental ou como um código.

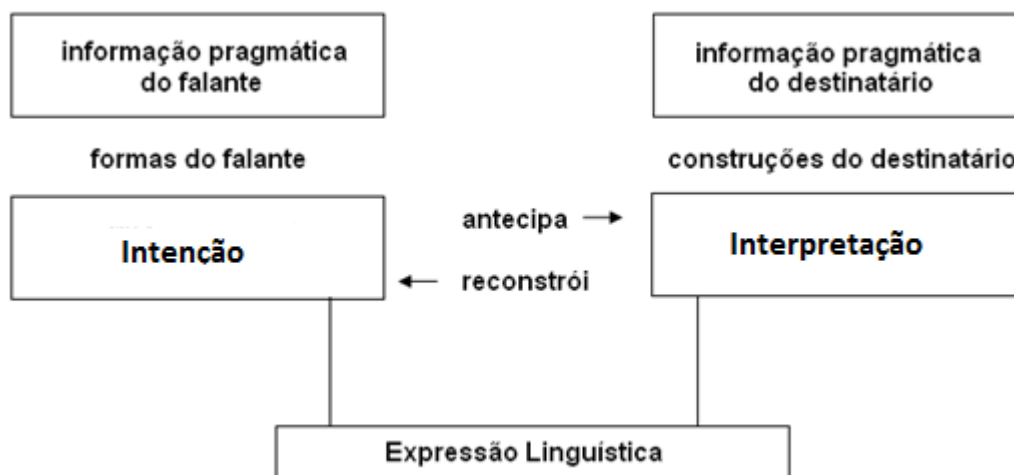
Como visto, dentro desse paradigma, tenta-se revelar a instrumentalidade da língua em relação ao que as pessoas fazem e alcançam com ela no intercâmbio comunicativo. Logo, para a GF, a pragmática é um marco globalizador, dentro do qual se deve estudar a semântica e a sintaxe: a semântica é dependente da pragmática, e a sintaxe, da semântica. Assim, o objetivo principal é descrever a linguagem não como um fim em si mesmo, mas em termos dos requisitos pragmáticos da interação verbal.

A interação verbal é vista, portanto, como uma forma de atividade cooperativa, estruturada em torno de regras sociais, normas e convenções. As expressões linguísticas, instrumentos usados nessa atividade, são também sistemáticas e estruturadas por meio de regras.

Desse modo, para Dik (1989: 4), há dois tipos de sistemas de regras: (i) as regras que governam a construção das expressões linguísticas (regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas) e (ii) as regras que governam os padrões de interação verbal em que essas expressões linguísticas são usadas (regras pragmáticas). O sistema de regras linguísticas deve ser considerado instrumental em relação aos objetivos comunicativos.

Sendo assim, a GF visa mostrar como as intenções comunicativas dos falantes estão refletidas na estrutura da língua.

Dik (1989: 8) propõe um modelo de interação verbal que explica o papel da expressão linguística na comunicação.



Modelo de interação verbal (Dik, 1989)

Dentro desse modelo, a produção das expressões linguísticas, na interação social, depende da intenção do falante, da sua informação pragmática e da antecipação que ele faz da interpretação do ouvinte, com base na informação pragmática que ele acredita estar disponível ao ouvinte. A interpretação do ouvinte, por sua vez, depende da própria expressão linguística, da informação pragmática de que ele dispõe e de sua hipótese sobre a intenção comunicativa do falante.

Para a eficácia desse modelo, Dik (1997b *apud* Souza, 2008: 8) entende que é necessário distinguir os seguintes tipos de conhecimentos contidos na informação pragmática: (i) conhecimento prévio (conhecimento que falante e ouvinte possuem antes de um evento comunicativo), que pode ser linguístico¹, ou não-linguístico (conhecimento de mundo) e (ii) conhecimento imediato (conhecimento derivado da situação discursiva em que ocorre o evento). Tal conhecimento pode ser situacional (conhecimento derivado do que pode ser percebido e inferido da situação comunicativa, incluindo referência dêitica) ou

¹ Conforme encontramos em Souza (2008: 8), o conhecimento linguístico se subdivide em: a) Lexical: conhecimento dos predicados lexicais da língua, suas propriedades semânticas e morfossintáticas, e suas inter-relações; b) Gramatical: conhecimento das regras e princípios que definem as estruturas gramaticais da língua, e das regras e princípios pelos quais essas estruturas subjacentes podem ser expressas nas expressões linguísticas; c) Pragmático: conhecimento das regras e princípios que admitam o uso correto de expressões linguísticas na interação verbal. Já o conhecimento não-linguístico se subdivide em: a) Referencial: conhecimento sobre entidades como pessoas, coisas e lugares; b) Episódico: conhecimento sobre estado-de-coisas (ações, processos, posições, estados) nos quais as entidades estiveram, estão ou estarão envolvidos; c) Geral: conhecimento sobre regras gerais e princípios que governam o mundo.

textual² (conhecimento oriundo da informação transmitida durante o evento comunicativo). Esses tipos de conhecimentos assumem um papel crucial na interação verbal, determinando a formulação e a interpretação do discurso entre os interlocutores.

É importante destacar que a relação entre a intenção do falante e a interpretação não é estabelecida pela expressão linguística, mas sim mediada por ela. O que é essencial entender nesse modelo é que, segundo Dik (1989), as escolhas linguísticas que são feitas no ato comunicacional estão ligadas ao papel que assumem na interação verbal e aos propósitos de seus atos de fala.

3.1. 2 A constituição do enunciado em camadas

Com uma teoria que se caracteriza pela integração dos componentes sintático, semântico e pragmático, a GF é definida como um modelo de representação da oração que busca fazer jus tanto às propriedades formais como às propriedades semânticas. Dessa forma, a oração é descrita em termos de uma estrutura subjacente, que é mapeada na expressão linguística real, por meio de um sistema de regras (variáveis, níveis, operadores e satélites) que determinam a forma, a ordem e o padrão da entonação dos constituintes presentes na estrutura subjacente.

As estruturas subjacentes da oração são construídas gradualmente, começando pelas unidades menores (termos e estados-de-coisas) até chegar às unidades maiores, como a proposição (fato possível) e a oração (ato de fala). Essa sequência define a GF de Simon Dik como um modelo *bottom-up* (ascendente).

O quadro, a seguir, resume a estrutura em camadas, hierarquicamente ordenada com seus diferentes níveis de organização e suas respectivas variáveis (Dik,1989).

² O conhecimento textual se subdivide em: a) Referencial: conhecimento sobre entidades, na forma mencionada no texto "entidades discursivas ou tópicos"; b) Episódico: conhecimento sobre estado-de-coisas nos quais as entidades estão envolvidas, na forma descrita no texto; e por fim, c) Geral: conhecimento sobre regras gerais e princípios, na forma mencionada no texto.

Quadro 6.

Unidade estrutural	Designação	Variável
Oração	Ato de fala	E
Proposição	Fato possível	X
Predicação	Estado de coisas	e
Predicado	Propriedade/relação	x
Termo	Entidade	f

Fonte: Pezatti (2009: 10), adaptado de Dik (1997a: 55).

Com base em Dik (1989, 1997), nas próximas seções, apresentamos uma síntese de como se dá essa organização da oração em camadas. Antes, é preciso ressaltar que a representação dos enunciados, tal como desenvolvida pelo autor, é um modelo de descrição da linguagem, não de processamento.

3.1.3 Nível representacional

Segundo Dik (1989), no nível representacional, que diz respeito ao evento narrado, um estado-de-coisas é descrito de tal modo que o ouvinte seja capaz de entender a situação, real ou imaginária, que está sendo relatada. Desse modo, as operações nesse nível são direcionadas para a construção de uma predicação.

A construção de uma estrutura subjacente requer, em primeiro lugar, um *predicado* que deve ser aplicado a um número apropriado de *termos*. Predicados designam propriedades ou relações, enquanto termos são usados para referir entidades. Assim, o predicado *ler* designa uma relação de dois lugares entre duas entidades nos papéis de *leitor* e *alguma coisa lidas*, sendo assim, necessariamente, aplicados dois termos (*João e livro*, por exemplo).

(104) João (agente) ler (predicado) livro (objeto) = João lê o livro.

Quando a um predicado é aplicado um conjunto apropriado de termos, o resultado é uma *predicação nuclear*, que constitui o nível mais baixo, formado pelo predicado e por seus argumentos (que geralmente constituem entidades de primeira ordem). A predicação designa um *estado-de-coisas* (EsCo), que indica

"que alguma coisa acontece no mundo real" ou pode ser criado no "mundo mental" do falante e do destinatário, é a codificação linguística que o falante e o destinatário realizam em uma situação.

A predicação nuclear, como apresentada em (104), pode receber especificações com o acréscimo de *operadores* ($\pi 1$) e *satélites* ($\sigma 1$)³ de predicado, constituindo assim a *predicação central*.

À predicação central podem ser também acrescentados operadores e satélites de predicação (dos tipos $\pi 2$ e $\sigma 2$), e assim formar a *predicação estendida*, uma entidade de segunda ordem referente a um estado-de-coisas, situado no espaço e no tempo concretos ou conceituais. Toda essa estrutura é o *input* para a formação da *proposição*. Um estado-de-coisas como em (104), por exemplo, pode ser localizado no tempo e no espaço.

(105) ler (tempo passado - $\pi 2$) - biblioteca (espaço - $\sigma 2$) = João leu o livro na biblioteca.

Entende-se, então, que, no nível representacional, a função dos satélites e operadores é adicionar informações ao estado-de-coisas e assim contribuir para a formação da predicação. O quadro (2) resume a atuação dos operadores e satélites nesse nível.

³ *Operadores* são usados para capturar as modificações e modulações obtidas por meios gramaticais, tais como tempo, modo e aspecto. *Satélites* são meios lexicais opcionais que veiculam informação adicional a uma das camadas no modelo hierárquico da oração. São opcionais porque podem ser retirados sem afetar a gramaticalidade da sentença; *lexicais*, porque se opõem a categorias gramaticais; e *portadores de informação adicional*, porque a informação principal pertencente a uma camada particular está contida na estrutura nuclear à qual o satélite é acrescentado (Pezatti, 2009: 9).

Quadro 7 - A atuação dos operadores e satélites no nível representacional

Camada	Funções	Operadores	Satélites
Predicado	Especificar propriedades adicionais ao estado de coisas como designado pela predicação nuclear (função descritiva das predicações).	$\pi 1$ – marcam aspecto qualificacional (perfectividade, imperfectividade)	$\sigma 1$ - indicam propriedades como modo, velocidade e instrumento.
Predicação	Situar o estado de coisas designado por uma predicação em um mundo real ou imaginário e assim restringem o grupo de potenciais referentes (função referencial das predicações).	$\pi 2$ – marcam tempo, aspecto qualificacional (habitualidade, frequência, continuidade e intensidade), modalidade objetiva e polaridade.	$\sigma 2$ - expressam lexicalmente o cenário do estado de coisas, indicando tempo, lugar, frequência e probabilidade.

Fonte: Carrascossi (2011: 29).

3.1.4 Nível interpessoal

Diferentemente do nível representacional, que tem a ver com a relação estabelecida entre a unidade linguística e o mundo que ela descreve, no nível interpessoal as operações são orientadas para a relação tríplice entre os participantes do evento da fala (o falante, o ouvinte e o conteúdo transmitido).

Temos então que: se um falante produz uma expressão, ele tem de selecionar uma força ilocucionária básica para essa proposição, que é a oração. A ilocução constitui uma instrução do falante para o destinatário efetuar certas mudanças em sua informação pragmática. Por consequência, o que se tem é o ato de fala (Dik, 1989, *apud* Pezatti, 2009: 9). É, portanto, no nível interpessoal que se situam as estratégias discursivas.

Nesse nível, são atuantes os operadores e os satélites de proposição, os quais efetuam a força ilocucionária da expressão linguística. No quadro (3), há uma breve descrição da atuação dos operadores e satélites no nível interpessoal.

Quadro 8 - A atuação dos operadores e satélites no nível interpessoal

Camada	Função	Operadores	Satélites
Proposição	Especificar a atitude do falante em relação à validade do conteúdo proposicional	π_3 – marcam gramaticalmente as modalidades subjetiva e evidencial ⁵ .	σ_3 – expressam lexicalmente a validade do conteúdo proposicional.
		π_4 - (operadores de ilocução) mitigam ou reforçam a força ilocucionária do ato de fala	σ_4 – (satélites de ilocução) – marcam estratégias comunicativas do falante em relação à força ilocucionária do ato de fala.
Atos de fala	Marcar a estratégia comunicativa do falante.	σ_5 (satélites de oração) - o falante situa um ato de fala designado por uma oração em um determinado contexto de discurso e então restringe as possibilidades perlocucionárias da oração.	

Fonte: Carrascossi (2011: 31).

Por meio dos operadores e/ou satélites de proposição, que registram a atitude do falante em relação à verdade do conteúdo proposicional, uma predicação passa a constituir uma estrutura de ordem mais alta, a proposição, que, por sua vez, designa um conteúdo proposicional, ou fato possível.

Dessa forma, o falante pode expressar, no conteúdo da proposição, sua crença ou ausência de crença, seu desejo ou esperança de que a proposição se torne verdadeira e, ainda, a origem por meio da qual ele obteve a informação. A predicação dada em (104), por exemplo, pode ser avaliada pelo falante como provável e essa qualificação ser registrada por meio de um satélite, como *provavelmente*.

(106) Provavelmente, João leu o livro na biblioteca.

Assim, a proposição, como apresentada em (106), por exemplo, se reveste de força ilocucionária, correspondendo a um ato de fala especificado pelos operadores e satélites de ilocução.

Baseado nos trabalhos de Austin (1962) e Searle (1984), Dik (1997b *apud* Carrascossi, 2011: 32) entende que a comunicação não se dá pela expressão de proposições, mas por realização de atos de fala, que são interpretáveis como instruções do falante para que o destinatário realize certas ações mentais, relacionadas ao conteúdo proposicional. O que significa reconhecer o aspecto performativo das expressões linguísticas.

Em outras palavras, as ilocuições básicas são entendidas como instruções do falante para o destinatário, com o objetivo de causar certas alterações na informação pragmática do destinatário.

Vemos, então, que a noção de ilocução pode ser percebida dentro do modelo de interação verbal (apresentado na seção 2.2, figura 1) proposto por Dik (1989). Nesse sentido, Dik (1997b) propõe três perspectivas para a ilocução: a) a que é intencionada pelo falante; b) a que está codificada na sentença; c) a que é interpretada pelo ouvinte.

O autor observa que a ilocução básica de uma expressão pode ser "convertida" em outros valores ilocucionários, e esse processo de "conversão ilocucionária" pode ocorrer pragmaticamente, lexicalmente ou gramaticalmente. Por isso, Dik (1997b *apud* Carrascossi, 2011: 33) afirma que esse tipo de conversão, bem como a intenção do falante e a interpretação do ouvinte diante de uma expressão, devem ser estudados dentro de uma teoria pragmática mais ampla.

Dessa forma, para a teoria de análise linguística da GF de Dik, interessa o valor ilocucionário codificado na sentença. Como aponta Camacho (2006: 169), por mais que a abordagem dos fenômenos gramaticais lance mão de explicações de base discursiva, tendo em vista que a linguagem é um instrumento de interação social, a sintaxe em si, e não o discurso, parece ser o objeto principal da GF, visto que a unidade máxima de análise está confinada ao estudo de construções simples (Dik, 1997a) e complexas (Dik, 1997b).

A esse respeito, Hymes (1979: 306) faz a seguinte crítica a Dik: "Seria justo dizer que Dik entende ser preferível que a GF seja um modo de analisar a gramática como meio de comunicação, mas deixa a análise dos fins da

comunicação, e a ligação entre meios e fins, para outros ou para um outro momento"⁴

Hengeveld (2004), dando continuidade ao estudo de Dik, propõe uma nova arquitetura para a GF, denominada Gramática Funcional do Discurso (GFD).

3.1.5 A Gramática Funcional do Discurso (GFD)

Segundo Hengeveld (2004), há duas razões por que a GF deve expandir-se da sentença para o discurso: em primeiro lugar, há muitos fenômenos linguísticos que somente podem ser explicados em termos de unidades maiores que a sentença individual (partículas discursivas, cadeias anafóricas, formas verbais narrativas etc.); em segundo lugar, há expressões linguísticas que são menores do que a sentença individual, mas funcionam como enunciados completos e independentes dentro do discurso (frases elípticas, exclamações e vocativos). Essas razões, portanto, requereriam uma concepção de enunciados como atos discursivos⁵ e não como orações.

Na atual versão, a GF de Dik, com foco basicamente na gramática da oração, ganha mais espaço, direcionando-se a um modelo de gramática funcional com foco em uma unidade maior de análise, o discurso.

Cumprе ressaltar que a GFD não se propõe a ser um modelo de Análise do Discurso (que lida com uma noção de discurso mais pautada no aparato ideológico e historicista de língua), mas sim um modelo de estrutura de língua que explica o fato de ser ela um instrumento usado pelo falante para engajar-se em uma interação verbal com o outro em determinado contexto discursivo. Nesse sentido, a noção de *discurso* empregada pela GFD é mais assentada nos componentes gramatical e contextual da língua (Souza, 2008: 25).

Essa recente versão da GF apresenta uma arquitetura modular organizada de cima para baixo (do discurso para a gramática e da gramática para a expressão linguística), constituída de três componentes: o conceitual (onde surge a intenção

⁴ Cf. o original: *"It might be fair to say that Dik understands FG to be preferable as a way of analyzing grammar as communicative means, but leaves the analysis of communicative ends, and the linkage between means and ends, to others, or for another time"*

⁵ Os atos discursivos tanto podem se articular entre si, levando a constituição de estruturas discursivas maiores, como podem se manifestar como orações ou fragmentos oracionais gramaticais, sintagmas ou palavras (Santana, 2010: 97).

comunicativa), o contextual e o de saída (onde são gerados expressões ortográficas ou acústicas, via operação de articulação). O componente gramatical é conectado ao componente conceitual, ao contextual e aos componentes de expressão.

Faz-se relevante uma melhor especificação do componente contextual. Antes, é preciso entender que a concepção de contexto que emerge da GFD parte do pressuposto de que os vários aspectos dele servem sistematicamente para motivar determinadas formas de enunciados (Pezatti, 2010: 2).

Para a GFD, a intenção do falante não surge em um *vacuum*, mas sim em um multifacetado contexto comunicativo. Uma dessas facetas constitui o componente contextual. Esse componente contém dois tipos de informação: (i) informação imediata (de curto prazo) recebida pelo componente gramatical, relativa a um enunciado particular, que é relevante para a forma que os enunciados subsequentes assumem; (ii) informações de longo prazo sobre a interação corrente, que é relevante para as distinções que são requeridas na língua em uso e que influenciam a formulação e a codificação nesta língua (Isso é simbolizado pelas flechas do componente contextual para o componente gramatical no quadro 4).

Conforme acrescenta Pezatti (*idem*: 8), a GFD admite que fatores relativos a questões de gênero, registro, estilo etc. são aspectos do contexto de interação que podem ter impactos sobre as escolhas linguísticas do falante. Nas palavras de Pezatti, o que está por trás desta visão é que incluir os vários aspectos do contexto em um modelo de estrutura da língua retira do modelo seu poder preditivo.

Dessa forma, somente quando o contexto tem um impacto sistemático sobre as escolhas gramaticais disponíveis para o falante na formulação é que esses aspectos merecem explicação. Pezatti (*idem*: 9) nos dá um exemplo de informações vindas do contexto situacional, como a diferença de gênero e a de relação social.

(107) Como a senhora está pálida!

A escolha da forma *senhora* em vez de *você* reflete a formalidade da relação entre os interlocutores; já a escolha de *pálida* (e não *pálido*) e de *senhora*

(e não *senhor*) sinaliza o gênero do destinatário. Tanto a relação social quanto o gênero são especificações do componente textual.

A GFD se preocupa, portanto, com as informações discursivas que são literalmente codificadas na gramática da língua, sendo relevantes para o processo de codificação morfossintática.

Em relação ao componente conceitual (de caráter cognitivo), Souza (2008: 16) afirma que a inserção desse componente foi a grande mudança instaurada pela GFD em seu modelo de gramática. Este componente não faz parte da gramática, mas é a força motriz que está por trás do componente gramatical.

Assim, o novo modelo proposto por Hengeveld (2004) é descrito como um processo *top-down* (descendente), que parte da intenção do falante (do componente conceitual) para a expressão das formas linguísticas. Essa análise sugere, segundo o autor, que o falante primeiro decide qual será seu propósito comunicativo (sua intenção), depois seleciona e codifica essa informação em termos gramaticais e fonológicos, para então realizar o ato discursivo.

Considerando essa organização *top-down*, duas operações são apontadas: a de formulação, que tem a ver com as regras que determinam quais representações semânticas e pragmáticas subjacentes são válidas, e a de codificação, que se preocupa com as formas morfossintáticas e fonológicas que essas configurações pragmáticas e semânticas podem acarretar numa língua.

Em outras palavras, a GFD postula a necessidade de uma gramática organizada em quatro níveis, cada qual concebido como um módulo separado e organizado internamente em camadas: os níveis interpessoal e representacional (já existentes na GF), associado às operações de formulação, e os níveis estrutural (morfossintático) e fonológico (expressão), associados às operações de codificação (Santana, 2010: 93, 95).

Conforme encontramos em Santana (*idem*: 97), uma das razões para postular um sistema modular com quatro níveis de representação é a de que é possível fazer referência anafórica em todos os níveis de organização linguística, não apenas a entidades referenciais, como em (A), mas também a atos de fala, como em (B), à forma de sintagmas nominais, como em (C), e à própria expressão fonológica, como em (D) ⁶.

⁶ Todos os exemplos utilizados (em A, B, C, e D) foram retirados de Santana (2010: 97).

Nesse sentido, o *input* do componente textual não só vem do resultado da formulação como também do resultado da codificação, ou seja, dos níveis morfossintático e fonológico. É por isso que a referência anafórica é possível não só a partir de constructos pragmáticos e semânticos, mas também de seções de estruturas oracionais morfossintáticas e de estruturas de enunciados fonológicos (Pezatti, 2010: 8).

(A) Nível interpessoal

(108) Saia já daqui!

(109) Não me fale assim!

(B) Nível representacional

(110) Há muitos sinais de trânsito nesta cidade.

(111) Eu não havia notado isso.

(C) Nível morfossintático

(112) Eu comi "lamb chop" ontem à noite.

(113) É assim que você diz "costela de carneiro" em inglês?

(D) Nível fonológico

(114) Eu comi uma /pa'eʎa / ontem à noite.

(115) Isso não seria /pa'eya/ ?

Como visto, os níveis interpessoal (pragmático) e representacional (semântico) descrevem a língua quanto às suas funções e aos seus significados, mas somente as funções e os significados que são codificados pela morfossintaxe da língua. Desse modo, o nível interpessoal representa a unidade linguística em termos de função comunicativa, enquanto o representacional representa a unidade linguística em termos de categoria semântica.

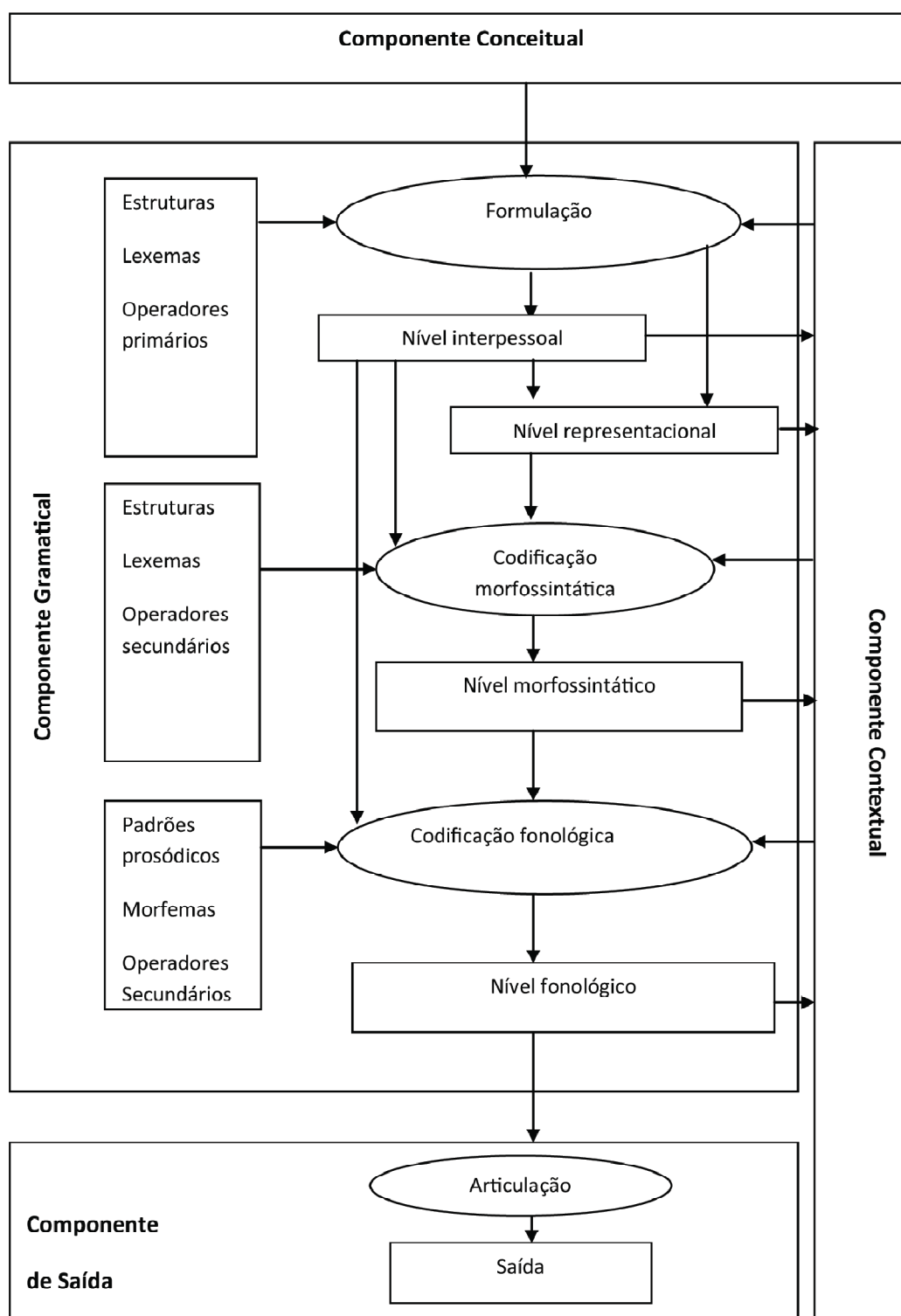
No nível morfossintático, as unidades linguísticas são analisadas em termos de seus constituintes sintáticos, da camada mais alta para a mais baixa: expressão linguística, oração, sintagmas e palavras. O nível fonológico, por sua vez, contém as representações fonológicas segmental e suprasegmental da

elocução. Isso significa que, nesse nível, a expressão linguística é analisada quanto às unidades fonológicas que ela contém.

A GFD é, portanto, o componente gramatical de uma ampla teoria da interação verbal e, como tal, considera que a pragmática governa a semântica, pragmática e semântica governam a morfossintaxe, e, pragmática, semântica e morfossintaxe governam a fonologia.

A arquitetura geral da GFD pode ser representada no quadro a seguir.

Quadro 9 - Plano geral da GFD



Fonte: Adaptado de Hengeveld (2004).

Para esta pesquisa, trabalharemos com os níveis interpessoal e representacional.

3.2

Questões metodológicas

Para a realização desse estudo, fizemos um levantamento de (37) textos publicados em blogs no período de 2001 a 2013. Esse levantamento se deu da seguinte forma: foram digitados no *google*, um de cada vez, os pronomes demonstrativos *essazinha*, *issozinho*, *aquilozinho/aquilinho* para ver as possibilidades de uso em textos escritos e possíveis valores semânticos. Vários textos, publicados em diversos blogs, foram apresentados como resposta da busca inicial.

Em seguida, foi visitado cada blog para leitura e seleção de tais textos. Após essa triagem, repetiu-se o mesmo procedimento para busca e seleção de expressões compostas por demonstrativos: *ser isto ou aquilo*, *essas coisas*, *um dia daqueles*, *não era aquilo tudo*, *não estava lá essas coisas*, *aquele abraço*.

É interessante observar como determinado emprego ou modo de construção, vetado ou não registrado pelas gramáticas normativas, ocorre com frequência entre os usuários da língua.

Os gêneros textuais encontrados para a pesquisa foram: crônicas (em sua maioria), relatos pessoais, artigo de opinião e comentários sobre assuntos diversos (moda, política, restaurantes, evento literário e livros).

Os *weblogs*, ou simplesmente, *blogs*⁷, são páginas na internet onde as pessoas escrevem sobre uma infinidade de assuntos de seu interesse. Podem vir acompanhados de imagens e sons. Muitos o utilizam como diários virtuais para relatar suas experiências ou publicar opiniões. Porém, com a expansão da internet e a facilidade de comunicação que ela proporciona, os blogs foram se tornando espaço de disseminação de ideias e informações. Vários profissionais (professores, jornalistas, escritores) e empresas passaram a utilizá-los como ferramenta de trabalho.

Os textos são publicados em blocos, organizados cronologicamente (pela data de publicação). Esses blocos de texto costumam utilizar muitos links para fontes e contraposições de fontes.

⁷ Blogs são, hoje, um dos sistemas mais populares de publicação na Web. O Blogger.com, um dos sistemas mais conhecidos de blogs, anunciou ter chegado à marca de um milhão de blogs registrados.
(http://www.blogger.com/news_archive.pyra?which=2003_01_01_news_archive.xml#90149069)

A maioria dos sistemas de blogs conta com duas ferramentas: a de comentários, que permite que os internautas possam deixar observações e comentários sobre os *posts* publicados pelo autor do blog, e a ferramenta *trackback*, que permite que outros *posts*, em outros blogs, que fizeram referência a um texto, sejam *linkados* junto dele, de modo a mostrar ao internauta a discussão que está sendo realizada em torno do assunto levantado por ele e também por outros blogs.

Assim, a possibilidade de interação proporciona ao *blog* um espaço de comunicação, de troca de experiências e de informações entre os interagentes.

Levando em conta essas características e a popularidade dos *blogs*, consideramos esse espaço virtual um celeiro no que diz respeito ao registro formal, informal e criativo (não padronizado) da nossa língua escrita. Tornando-se, portanto, uma fonte rica em material linguístico para estudos descritivos da língua portuguesa. Daí a opção por estudar o comportamento dos pronomes demonstrativos nos gêneros textuais encontrados nessa modalidade da escrita.

Para alcançar os objetivos propostos e confirmar (ou não), mediante análise de dados, as hipóteses inicialmente levantadas neste trabalho, contamos com o apoio teórico da Gramática funcional do discurso (GFD), modelo proposto por Hengeveld (2004), que advém da Gramática Funcional desenvolvida por Dik (1989).

A partir de tal aparato teórico, os demonstrativos foram analisados, basicamente, sob os seguintes aspectos:

- (i) pessoa gramatical (1^a, 2^a e 3^a pessoa ou nenhuma pessoa, porque não se refere a nenhuma pessoa do discurso);
- (ii) valor demonstrativo ou outro valor;
- (iii) nível representacional e/ou interpessoal.

De acordo com os critérios de análise, buscamos verificar a multifuncionalidade dos pronomes demonstrativos, ou seja, os diferentes valores com que esses elementos foram empregados em diferentes contextos de uso.

Acrescentamos que os objetivos desta pesquisa foram construídos por meio do método qualitativo. A partir dos dados empíricos, aplicamos um procedimento indutivo pelo qual todas as hipóteses do estudo foram geradas.